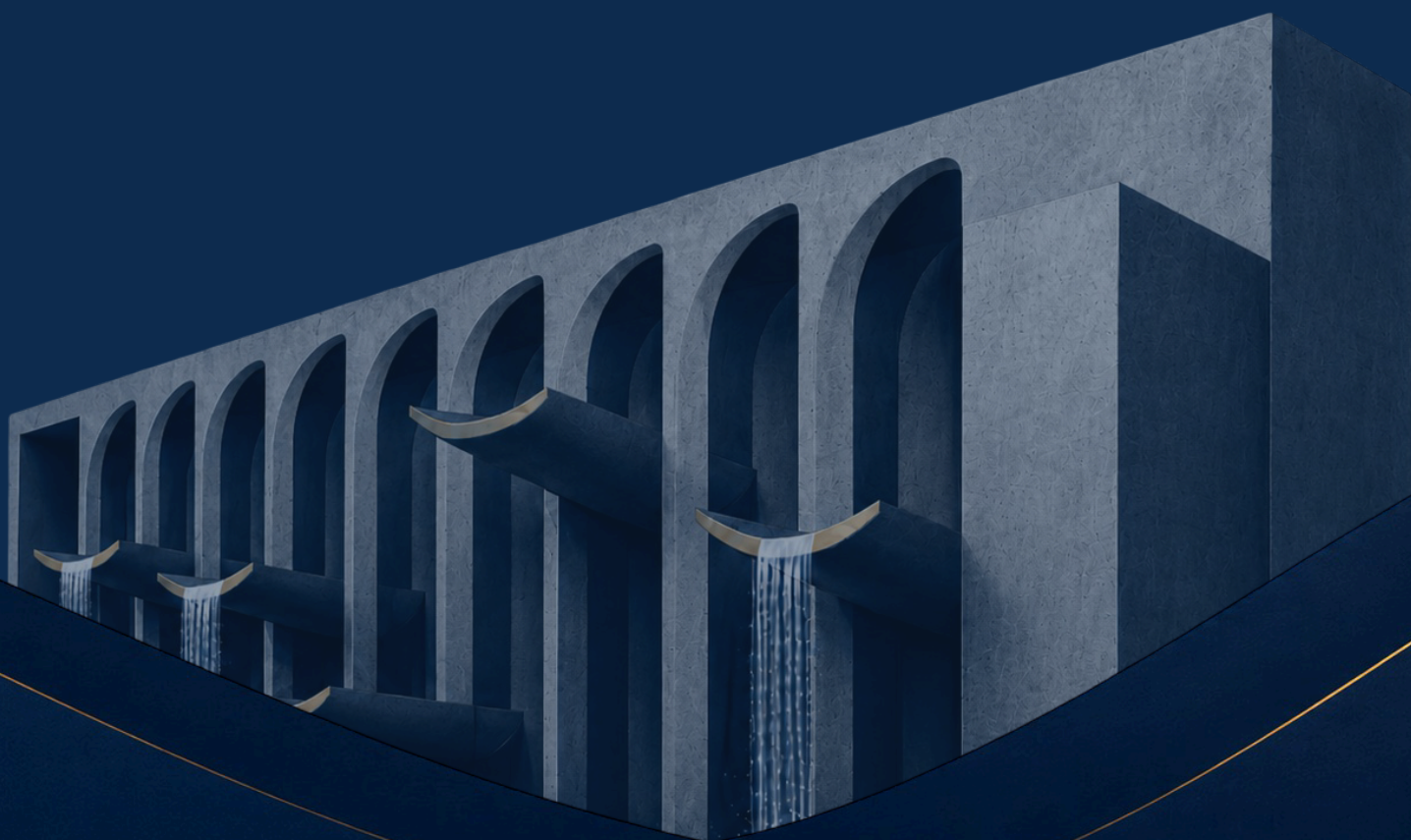


PLANO DE INTEGRIDADE

2024 - 2026



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA





Presidente da República
Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Justiça e Segurança Pública
Wellington César Lima e Silva

Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno Substituto
Adenisio Alvaro Oliveira de Souza

Corregedora-Geral
Ana Helena de Oliveira Pessoa

Ouvidor-Geral Substituto
Marcos Paulo Hiath da Silva

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Internacionais
João Ernesto Christófolo

Chefe da Assessoria de Participação Social e Diversidade Substituto
Tiago Silva de Freitas

Secretário Executivo
Ademar Borges de Sousa Filho

Consultor Jurídico
Reinaldo de Souza Couto Filho

Secretária Nacional de Justiça
Maria Rosa Guimarães Loula

Secretário Nacional do Consumidor
Ricardo Morishita Wada

Secretária Nacional de Políticas sobre Drogas e Gestão de Ativos
Marta Rodriguez de Assis Machado

Secretário Nacional de Segurança Pública
Francisco Lucas Costa Veloso

Secretário Nacional de Políticas Penais
André de Albuquerque Garcia

Secretário Nacional de Assuntos Legislativos
Paulo Eduardo Garrido Modesto

Secretária Nacional de Acesso à Justiça
Sheila Santana de Carvalho

Secretário Nacional de Direitos Digitais
Victor Oliveira Fernandes

Equipe Responsável

Coordenação

Adenisio Alvaro Oliveira de Souza
Guilherme Augusto Sousa Guedes
Márcio Almeida do Amaral
Ronaldo Alves Nogueira

Design/Diagramação

Kauê Albuquerque Jardim Pinheiro



Apresentação



O Plano de Integridade do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), com vigência de 2024 a 2026, organiza o conjunto de ações concretas voltadas ao fortalecimento da integridade pública institucional para esse período. O documento constitui o desdobramento operacional do Programa de Integridade do órgão: enquanto o Programa estabelece os princípios, estruturas, mecanismos e diretrizes orientadores, o Plano traduz essas diretrizes em medidas específicas, com unidades responsáveis e prazos de entrega definidos.

O processo de construção do Plano teve como base oficinas conduzidas com as áreas do MJSP entre outubro e dezembro de 2023. As oficinas promoveram o engajamento das unidades na identificação de riscos à integridade relacionados aos seus respectivos processos de trabalho, abrangendo temas como conflitos de interesse, uso indevido de recursos públicos, vulnerabilidades em contratações e parcerias, assédio, discriminação, lacunas normativas e procedimentais e riscos à imagem institucional. A partir das discussões, cada área identificou problemas, propôs ações e indicou prazos para sua implementação, compondo o conjunto de medidas consolidadas no Plano.

Para além das oficinas, o Plano de Integridade incorporou ações levantadas pelas Secretarias como contribuição para o Plano Nacional de Integridade e Combate a Corrupção (PICC) 2025-2027 capitaneado pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Assim, as ações previstas distribuem-se entre as Secretarias que levantaram ações para o PICC e unidades participantes das oficinas — entre elas, a Assessoria Especial de Controle Interno, a Comissão de Ética, a Corregedoria-Geral, a Ouvidoria-Geral, a Secretaria-Executiva, as Secretarias Nacionais e a Agência Nacional de Proteção de Dados (antiga Autoridade Nacional de Proteção de Dados) — e cobrem diferentes dimensões da integridade.

Apresentação

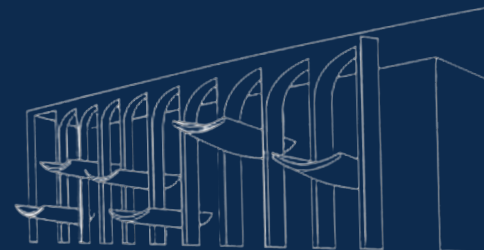


Entre as medidas constam o monitoramento da transparência ativa, a atualização de normativos, a realização de autoavaliações de maturidade, a publicação periódica de boletins de integridade, o fortalecimento de controles em contratações e convênios, o mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar, a prevenção e o enfrentamento ao assédio, a mitigação de riscos em leilões públicos, ações de capacitação, além da elaboração do Plano de Dados Abertos e da participação em iniciativas interinstitucionais de combate à corrupção. Os prazos das ações variam conforme a natureza de cada medida, abrangendo entregas pontuais, ações contínuas e iniciativas com prazo final em 31 de dezembro de 2026.

O Plano também incorpora ações que refletem a atuação finalística do Ministério em temas sensíveis à integridade pública, como o monitoramento do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, a discussão do Plano Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos e a participação em grupos de trabalho da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla) relacionados a riscos de integridade no licenciamento ambiental.

O monitoramento das ações é realizado por meio do sistema e-CGU, que permite registrar o andamento das medidas pactuadas, acompanhar o cumprimento dos prazos e identificar eventuais dificuldades de execução.

A presente publicação traz a versão histórica do Plano de Integridade, ou seja, dá transparência ao conjunto de medidas estruturadas para o ciclo 2024-2026, conforme definidas à época de sua elaboração, e reafirma o compromisso institucional com a gestão orientada pela ética, pela responsabilidade pública e pela melhoria contínua.



Realização de ações educacionais preventivas para combater os desvios éticos.

Problema

Recebimento de denúncias de desvios éticos.

Descrição da ação

Realizar três palestras com temáticas que envolvam a ética e o relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho.

Prazo de entrega

31/12/2026

Elaboração da Revista Àgora com temas sobre a ética.

Problema

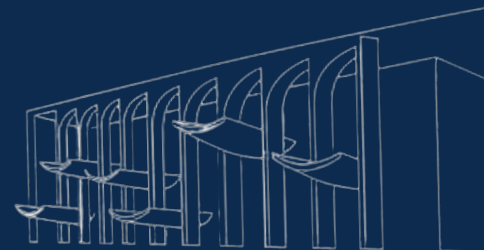
Falta de divulgação de temas relevantes sobre a ética.

Descrição da ação

Elaboração de uma revista anual com apoio da Assessoria de Comunicação Social (Ascom/GM).

Prazo de entrega

31/12/2026



Padronização da identidade visual da Comissão de Ética ao IntegriJusp.

Problema

Identidade visual da Comissão de Ética com código hexadecimal diverso do IntegriJusp.

Descrição da ação

Solicitar à Assessoria de Comunicação Social (Ascom/GM) para incorporar o código hexadecimal do IntegriJusp ao logotipo da Comissão de Ética nas ações educacionais.

Prazo de entrega

31/12/2026

Elaboração de cartilhas educativas de assédios moral e sexual.

Problema

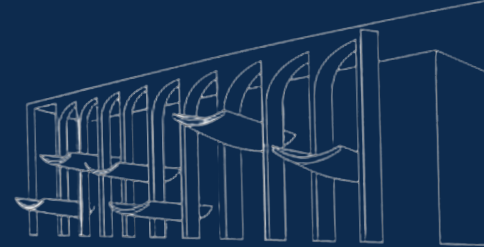
Recebimento de denúncias recebidas de assédios moral e sexual nesta Comissão de Ética.

Descrição da ação

Elaborar as cartilhas em parceria com à Assessoria de Comunicação Social (Ascom/GM) e Corregedoria - Geral (Coger) no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Prazo de entrega

31/12/2026



Monitoramento de Transparência Ativa

Problema

A Lei de Acesso à Informação e outras legislações correlatas trazem obrigações de transparência ativa que devem ser observadas por todos os órgãos e as entidades do Poder Executivo Federal, em seus sítios oficiais

Descrição da ação

Monitoramento da transparência ativa no âmbito do MJSP

Prazo de entrega

31/12/2026

Atualização de atos normativos

Problema

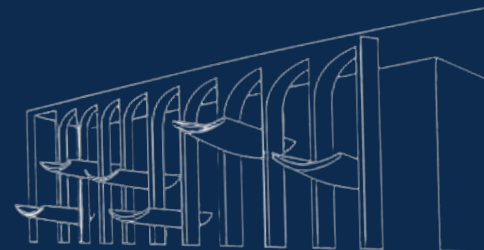
Necessidade de atualização de atos normativos relativos a transparência

Descrição da ação

Atualização da portaria de Transparência Ativa

Prazo de entrega

31/12/2026



Monitoramento do Plano de Integridade

Problema

Monitorar o cumprimento das ações do plano de integridade

Descrição da ação

Monitoramento das ações do plano de integridade do MJSP

Prazo de entrega

31/12/2026

Auto avaliação de integridade MMIP

Problema

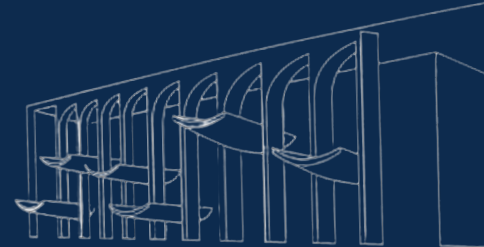
Avaliação de integridade conduzida pela CGU

Descrição da ação

Responder o questionário sobre autoavaliação de integridade enviado pela CGU com parâmetro no Modelo de Maturidade de Integridade Pública - Mmip

Prazo de entrega

Concluído



Acompanhamento do MMOUV

Problema

Avaliação de ouvidoria conduzida pela CGU

Descrição da ação

2º Ciclo de Avaliação de Maturidade do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo Federal (SisOuv).

Prazo de entrega

31/12/2026

Acompanhamento do MMCOR

Problema

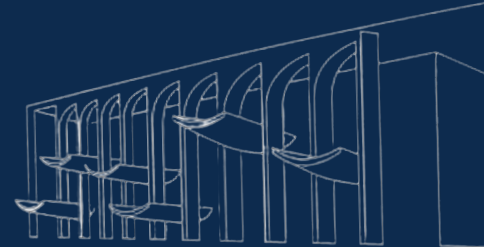
Avaliação de Corregedoria conduzida pela CGU

Descrição da ação

Autoavaliação seguindo o Modelo de Maturidade Correcional

Prazo de entrega

31/12/2026



Boletim mensal de integridade

Problema

Divulgar as ações de integridade conduzidas no âmbito do MJSP

Descrição da ação

Publicação mensal do boletim de integridade

Prazo de entrega

Mensal

Elaboração do PDA

Problema

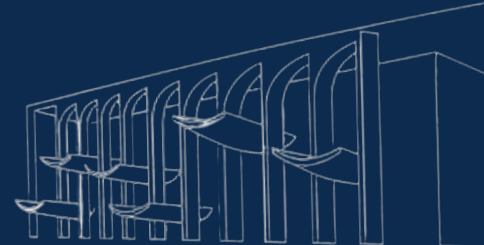
Construção do Plano de Dados Abertos - PDA do MJSP

Descrição da ação

Definição das bases de dados que farão parte do PDA 2024 do MJSP

Prazo de entrega

Concluído



Promoção de atividades de prevenção e de correção para verificação de regularidade e a eficácia de serviços e proposição de medidas saneadoras ao seu funcionamento.

Problema

Detecção de irregularidades recorrentes nos serviços e atividades

Descrição da ação

Recomendações às áreas do MJSP a partir da verificação de irregularidade nos processos correccionais.

Prazo de entrega

Dezembro de 2024

Reestruturação da Corregedoria-Geral

Problema

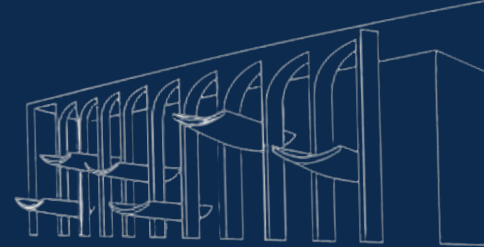
Número de servidores na Coger muito abaixo do definido no Dimensionamento de Força de Trabalho - DFT.

Descrição da ação

Encaminhamento de Proposta de reestruturação da Coger-MJSP

Prazo de entrega

Julho de 2024



Transparência ativa das informações Correcionais.

Problema

Site do MJSP desatualizado

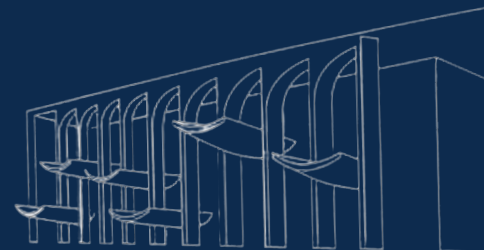
Descrição da ação

Publicação de informações no site do MJSP sobre penalidades aplicadas a agentes públicos, bem como a empresas e entidades.

Prazo de entrega

Julho de 2024





Atualizar Portarias de Transparência Ativa e Passiva

Problema

Legislação desatualizada

Descrição da ação

Revisão dos normativos

Prazo de entrega

31/12/2026

Proposição de reestruturação da Ouvidoria-Geral

Problema

Risco à integridade

Descrição da ação

Sugestão de reorganização dos cargos e funções para solucionar a escassez da força de trabalho

Prazo de entrega

31/12/2026

Estratégia de Governo Aberto

Problema

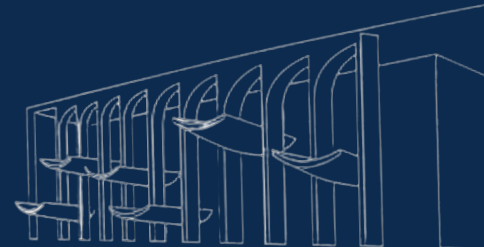
Elaboração da Estratégia Nacional de Governo Aberto

Descrição da ação

A convite da CGU o MJSP foi convidado a participar da elaboração da Estratégia Nacional de Governo Aberto e será representado no GT de construção da Estratégia pela Aspad

Prazo de entrega

31/12/2026



Elaboração do Painel de Ocorrências Contábeis

Problema

Inconformidades contábeis nas contas de responsáveis por bens, direitos e obrigações da União, na figura do MJSP

Descrição da ação

Evidenciar aos gestores e operadores as inconformidades nos órgãos e unidades gestoras executoras da despesa pública, contribuindo para a resolução das impropriedades

Prazo de entrega

31/12/2026

Elaboração de Relatórios de Ocorrências Contábeis

Problema

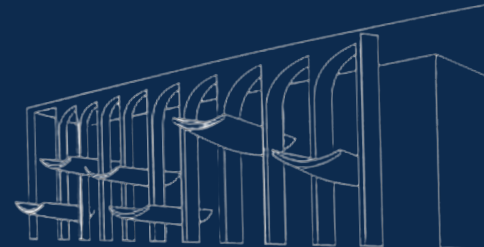
Responsáveis por bens, direitos e obrigações da União, na figura do MJSP, não estarem cientes das inconformidades contábeis decorrentes das operações em suas unidades

Descrição da ação

Encaminhar os Relatórios de Conformidade Contábil aos gestores e dirigentes responsáveis pelas unidades gestoras executoras da despesa pública

Prazo de entrega

31/12/2026



Controle anual de concessão de outorgas junto à Receita Federal do Brasil

Problema

Deficiência no controle de servidores com outorga de poderes para atuar em rotinas afetas à Receita Federal do Brasil

Descrição da ação

Encaminhar às unidades vinculadas ao CNPJ do MJSP a relação de servidores outorgados, para a validação ou exclusão de cadastros

Prazo de entrega

1/1/2025

Controle semestral de usuários cadastrados no Corporativo SIOP

Problema

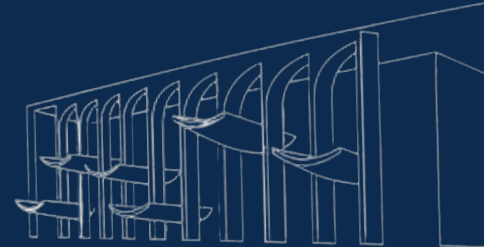
Manutenção indevida de acessos no sistema Siafi a servidores

Descrição da ação

Encaminhar uma declaração semestral aos conformistas de operadores, em que esses deverão atestar que todos os usuários cadastrados em suas unidades foram devidamente conferidos

Prazo de entrega

Janeiro / julho



Recadastramento semestral dos usuários do sistema Corporativo SIOP

Problema

Alterações recorrentes da força de trabalho nas unidades orçamentárias, gestoras e organizacionais do MJSP.

Descrição da ação

Cadastramento semestral dos usuários do sistema corporativo da União – Siop

Prazo de entrega

Maio/2024 e novembro/2024

Mapeamento e análise da integridade dos restos a pagar.

Problema

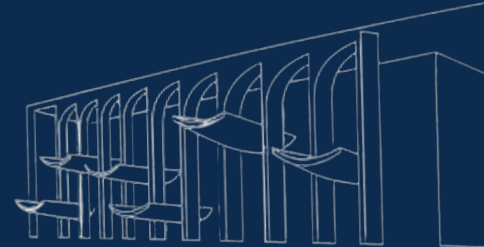
Crescimento da inscrição em Restos a Pagar do MJSP

Descrição da ação

Análise minuciosa de todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados e Processados

Prazo de entrega

Agosto/2024 e janeiro/2025



Monitoramento do IV Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas

Problema

Necessidade de aprimorar o acompanhamento da implementação do IV Plano pelo público em geral.

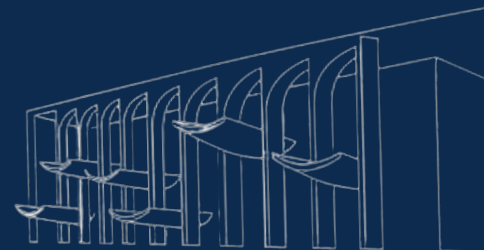
Descrição da ação

Está previsto para julho/2024 o lançamento do IV Plano de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o qual pretende ser o principal instrumento norteador das ações de enfrentamento ao tráfico de pessoas para os próximos quatro anos.

O Plano conterá ações prioritárias e atividades, com prazos e responsáveis. A ideia é disponibilizar no site institucional do MJSP as ações realizadas a medida que forem implementadas.

Prazo de entrega

julho/2024 a julho de 2028



Plano Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos

Problema

O Decreto nº 11.842, de 21 de dezembro de 2023, estabeleceu o Conselho Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos (Conara), com a Secretaria Executiva a cargo do DRCI/Senajus.

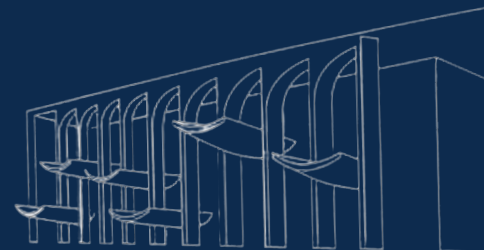
Uma das atribuições do Conara é debater e propor o Plano Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos, o qual incluirá medidas para desarticular financeiramente organizações criminosas, reconhecendo a importância da descapitalização para combater essas entidades.

Descrição da ação

Discutir e aprovar o Plano Nacional de Políticas sobre Recuperação de Ativos.

Prazo de entrega

Junho de 2025



Catálogo de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção

Problema

A Secretaria Nacional de Justiça está participando da elaboração e implantação do 6º Plano de Ação Nacional - Parceria para o Governo Aberto em conjunto com a CGU e Sociedade Civil, considerando o aprimoramento do reuso de dados pela sociedade para o combate à corrupção.

Compromisso 2 OGP - Dados abertos para o enfrentamento coletivo da corrupção:

Marco 2 - Catálogo de dados estratégicos para o enfrentamento da corrupção

Marco 6 - Programa de capacitação e sensibilização dos gestores da administração pública para a gestão de dados

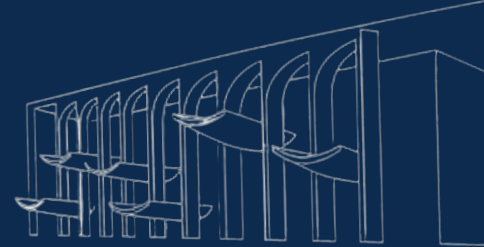
Descrição da ação

Por meio da execução do compromisso, busca-se dar condições para identificação dos dados considerados estratégicos pelo ecossistema de combate à corrupção; para a disponibilização de, ao menos, 60% dos dados públicos demandados e melhorar a avaliação de qualidade dos dados já publicados

Prazo de entrega

Marco 2 - Dezembro de 2025

Marco 6 - Junho de 2027



Avaliação de riscos de integridade no processo de licenciamento ambiental, como forma de prevenir e combater fraude e corrupção

Problema

A Enccla em sua XXI Reunião Plenária definiu como um dos eixos para ser trabalhado em 2024 os crimes com impacto ambiental. Uma das Ações versa sobre o estabelecimento de diretrizes para prevenção e combate à corrupção do setor privado e com impacto ambiental, considerando o alto risco do setor.

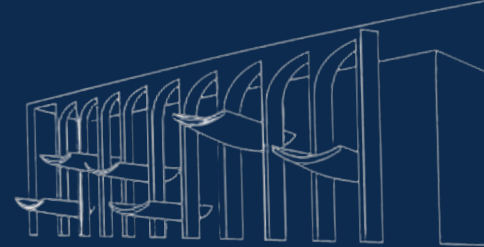
Descrição da ação

O Grupo de Trabalho da Ação 06/2024 da Enccla é coordenada pela CGU e conta com a colaboração de diversos atores com o objetivo de ao final elaborar:

1. Mapa com principais riscos de integridade nas etapas dos processos de licenciamento ambiental;
2. Diagnóstico sobre lacunas e boas práticas para mitigação dos principais riscos de integridade identificados nos processos de licenciamento ambiental;
3. Guia de boas práticas de integridade aplicáveis aos processos de licenciamento ambiental;
4. Identificação de eventuais desatualizações ou lacunas normativas que majoram os níveis dos riscos de integridade no âmbito do licenciamento ambiental no Brasil.

Prazo de entrega

Novembro de 2024



Elaboração de Diretrizes Nacionais de Integridades para prevenção e combate a corrupção e fraudes associadas a empreendimentos com impacto ambiental

Problema

A Enccla em sua XXI Reunião Plenária definiu como um dos eixos para ser trabalhado em 2024 os crimes com impacto ambiental. Uma das ações versa sobre o estabelecimento de diretrizes para prevenção e combate à corrupção do setor privado e com impacto ambiental, considerando lacuna identificada.

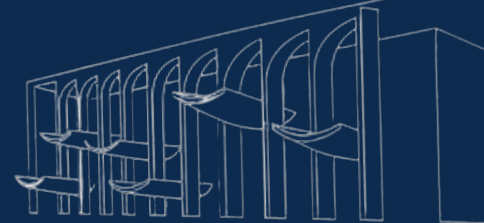
Descrição da ação

O Grupo de Trabalho da Ação 05/2024 da Enccla é coordenada pela CGU e conta com a colaboração de diversos atores com o objetivo de ao final elaborar:

1. Avaliação de cenários regulatórios acerca da exigência de programa de integridade no âmbito de empreendimentos com impacto ambiental;
2. Definição de Diretrizes Nacionais de Integridade e estratégias de fomento à integridade privada para prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro relacionadas a crimes ambientais.

Prazo de entrega

Novembro de 2024



Disponibilização do sistema Recall.gov.br

Problema

Dificuldade de consolidação e centralização das informações relacionadas aos recalls; dificuldade de correção de falhas do sistema anteriormente utilizado; dificuldade de inserção das informações das campanhas de recall; e dificuldade de usabilidade do sistema pelos seus destinatários finais.

Além da falta de um sistema integrado de comunicação e de informações entre órgãos parceiros; da ausência de mecanismos de automatização para extração e intercâmbio das informações com celeridade e eficiência; e da ausência de ferramentas de inteligência artificial em funcionamento pleno, as quais tenham o potencial de gerar resultados significativos ligados ao processo de análise de dados e de situações complexas por meio de referências previamente definidas e disponibilizadas.

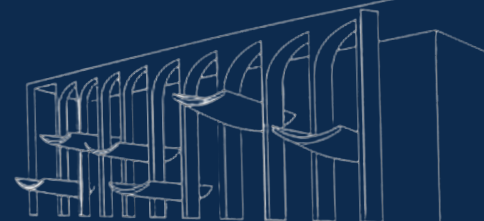
Descrição da ação

Promover o aprimoramento da gestão dos procedimentos de recall (campanhas de chamamento) no Brasil, que visam à correção de produtos inseguros inseridos no mercado de consumo, com a implementação do Sistema Recall.gov.br.

Busca-se reduzir a burocracia e tornar intuitivos o fornecimento e a obtenção de informações a respeito dos recalls de produtos oferecidos ao consumidor no âmbito dos diversos agentes (públicos e privados) que operam no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor

Prazo de entrega

31/12/2026



Página Web das ações da Senad em cada UF

Problema

Descentralização das informações de atividades e gestão da Senad nas UFs.

Descrição da ação

Projeto piloto para disponibilização em página web das atividades desenvolvidas pela Senad em cada UF.

Prazo de entrega

01/12/2024

Transparência na Gestão de Ativos

Problema

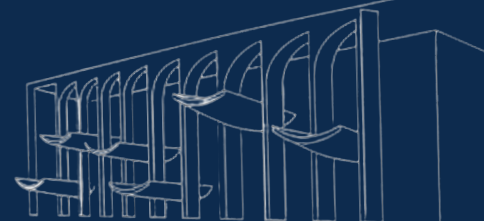
Transparência: disponibilização de dados e ações regionalizadas e por UF

Descrição da ação

Concentração de informações sobre a gestão de ativos; Informação sobre valores (arrecadados, custodiados e incorporados) por Unidades da Federação, e informações sobre convênios firmados com os Órgãos de Segurança Pública.

Prazo de entrega

01/04/2024



Aproximação com os parceiros para melhoria do gasto público e reconhecimento dos esforços

Problema

Celebração de Instrumentos:

- a) diferentes níveis de capacidade/conformidade dos parceiros e convenientes;
- b) capacidade dos parceiros de executar objeto/prestar contas;
- c) dificuldade de recursos humanos para fiscalizar a execução.

Descrição da ação

Aplicação de métodos indicativos de produção;
Estudo sobre a possibilidade da utilização da modalidade de licitação “concurso” para premiar pequenos projetos vinculados ao Funad;

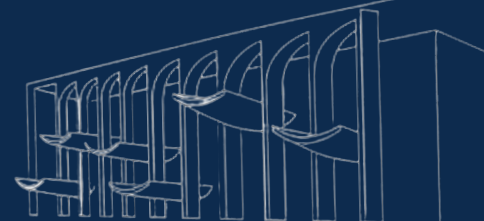
Levantamento de dados para instrumentalização do Banco de projeto padrão que servirá de base para futuros interessados em estruturar um projeto junto à Senad;

Oficinas para os conveniados aprenderem o que deve ser feito durante o projeto, com o intuito de reiterar a importância da prestação de contas;

Implementação da fiscalização ativa durante o convênio;
Reestruturação das competências internas da DGA, com o intuito de possibilitar a implementação da fiscalização ativa nos convênios.

Prazo de entrega

Dezembro de 2024



Mitigação de riscos nos Leilões Públicos

Problema

Corrupção:

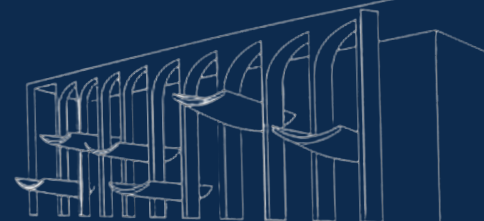
- a) risco de lavagem de dinheiro nos leilões da Senad;
- b) leilões frustrados;
- c) Comissão Estaduais, veículos e ativos não localizados.

Descrição da ação

1. Reestruturação do IMR aplicado aos leiloeiros;
2. Implementação de termos (documentos) de integridade e anticorrupção;
3. Reestruturação das regras de conduta dos leiloeiros;
4. Revisar os credenciamentos de 2024 para adequar as necessidades de proteção à Integração da Senad;
5. Cursos para reciclagem dos leiloeiros;
6. Criação de um canal de comunicação formal junto às comissões estaduais;
7. Reestruturação do Manual em vigor;
8. Reanálise junto à Conjur do novo Edital.

Prazo de entrega

01/12/2024



Problema

Assédio

Descrição da ação

1ª Ação - Curso de Capacitação "Liderança e Gestão de Equipe" - Curso voltado especificamente a pauta de assédio

2ª Ação - Ciclo de palestras educativas sobre o tema - Palestra voltadas especificamente a pauta de assédio

Prazo de entrega

6 Meses para 1ª capacitação

1 Ano para implementação

Problema

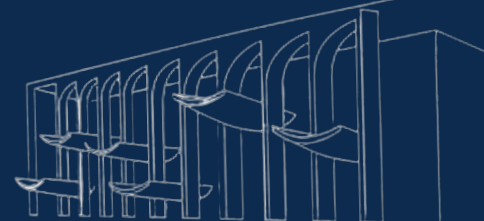
Emendas Impositivas

Descrição da ação

Articulação com os gabinetes dos parlamentares

Prazo de entrega

No momento de destinação



Problema

Relação mal gerida com entes e parceiros privados

Descrição da ação

Criação de protocolo para reuniões

Publicidade da agenda e da pauta (controle social)

Prazo de entrega

Curto prazo (2 a 3 meses)

Problema

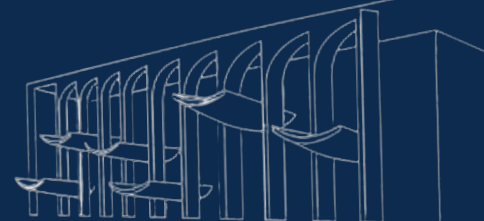
Falta de fluxo e procedimentos internos

Descrição da ação

Criação de Manual para celebração de convênios, TEDs e outros instrumentos; Ofício-circular com fluxos; Definição de 2 pontos focais por diretoria para responder pelos instrumentos de cada área

Prazo de entrega

Curto prazo (2 a 3 meses)



Problema

Conflito de interesse e promoção de capital político com parceiros no planejamento de TEDs e Convênios

Descrição da ação

Criação de protocolo

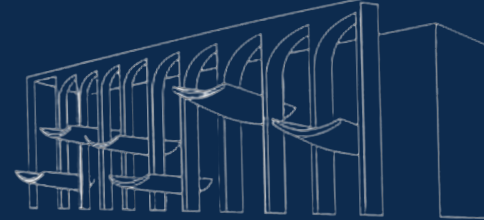
Preferência por chamamentos públicos na escolha de parceiros

Transparência dos processos decisórios

Prazo de entrega

Curto prazo (2 a 3 meses)





Enfrentamento ao assédio moral, institucional e sexual na Senasp

Problema

Desconhecimento dos servidores quanto aos procedimentos relativos ao recebimento e tratamento de denúncias envolvendo assédio moral, institucional e sexual no âmbito da Senasp

Descrição da ação

Identificação e divulgação interna das ferramentas existentes no âmbito do Ministério para o recebimento e tratamento de denúncias envolvendo assédio moral, institucional e sexual, bem como ações de capacitação e conscientização nessa temática

Prazo de entrega

Julho de 2025

Fortalecimento do CompraSusp

Problema

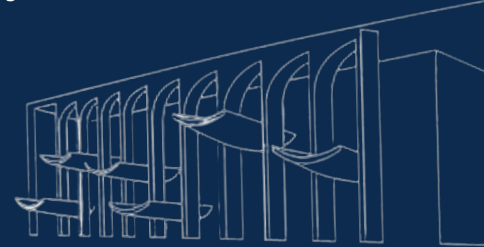
Deficiência na governança das aquisições e contratações públicas, bem como nas execuções contratuais

Descrição da ação

Editar normativos para regulamentar os processos relativos às contratações e execuções contratuais, a definição de itens prioritários para atas de registro de preço de abrangência nacional e a vinculação das demandas de aquisições e contratações às políticas públicas vigentes

Prazo de entrega

Dezembro de 2025



Banco de Talentos de Profissionais de Segurança Pública

Problema

Ausência de critérios objetivos e procedimentos sistematizados para a seleção de profissionais para mobilização, bem como para docência, elaboração de conteúdo e revisão técnica e textual

Descrição da ação

Elaborar proposta, através de Grupo de Trabalho multidisciplinar, para a criação de um Banco de Talentos de profissionais da Segurança Pública no âmbito da Senasp

Prazo de entrega

Dezembro de 2024

Monitoramento e fiscalização dos processos de pagamento de diárias para operações policiais

Problema

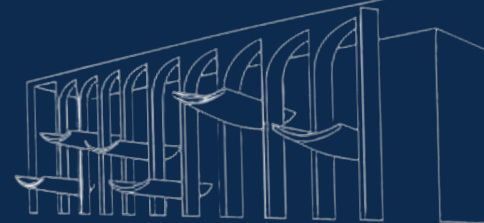
Deficiência no compliance dos processos de pagamento de diárias aos operadores das unidades federativas que executam as operações coordenadas pela Diopi

Descrição da ação

Implementar rotinas de fiscalização e monitoramento visando o aperfeiçoamento do processo relativo ao pagamento de diárias aos operadores das unidades federativas que executam as operações coordenadas pela Diopi

Prazo de entrega

Julho de 2025



Ofertar capacitações para membros institucionais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em temáticas de integridade e corrupção

Problema

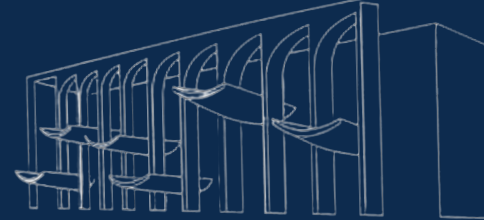
Insuficiência de instrumentos de incentivo ao controle local nos estados e municípios voltados para o enfrentamento à corrupção, controle e participação social

Descrição da ação

Capacitar gestores e membros técnicos (locais) das áreas de controle e integridade para prevenção, detecção e fortalecimento das ações anticorrupção, por meio da oferta de cursos nas modalidades EAD e presencial.

Prazo de entrega

Julho de 2025



Oficinas de treinamento e conscientização para a equipe; acompanhamento coletivo ("double check") nos fluxos de execução orçamentária

Problema

Articulação e execuções indevidas de emendas orçamentária e convênios

Descrição da ação

Encontros de treinamento, nivelamento; estabelecer procedimento de comunicação e compartilhamento das informações entre os pares integralmente

Prazo de entrega

Anual / na admissão; cotidiano

Tratamento dos pleitos com revisão da instância superiora; acompanhamento compartilhado das demandas

Problema

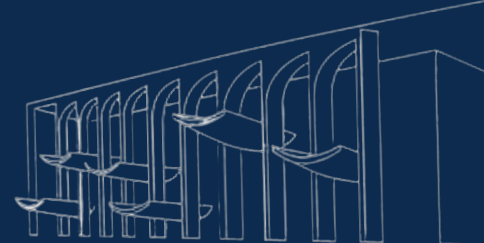
Pressão e lobby de atores externos (empresas, sindicatos, grupos políticos para obtenção de benefícios)

Descrição da ação

Nota informativa assinada e revisada pelo C.G. e Diretor, reuniões com parlamentares e grupos com mais de 1 servidor da SAL

Prazo de entrega

Semanal



Capacitação das demais secretarias para compreensão do processo legislativo.

Problema

Elaboração indevida das notas técnicas

Descrição da ação

Encontros da SAL com as outras secretarias sobre técnicas e processos legislativos

Prazo de entrega

Anual ou quando houver troca de gestores das secretarias

Definição mais precisa dos fluxos internos de posicionamento legislativo

Problema

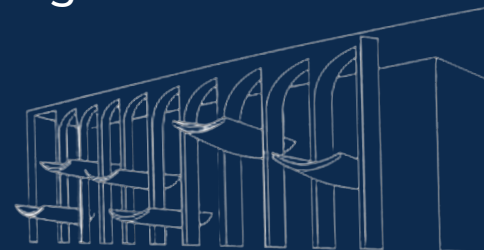
Publicização de posicionamentos que não foram consolidados e revisados

Descrição da ação

Estabelecer fluxos que envolvam notas informáticas assinadas pela diretoria e disponibilizadas no E-Sial

Prazo de entrega

Semanal



Aprimorar os processos seletivos
Conscientizar os servidores e colaboradores
Estabelecer mecanismos de controle

Problema

Conflitos de interesses

Descrição da ação

Estabelecer critérios seletivos;

Workshops;

Feedbacks;

Prazo de entrega

Permanentes

Semanais

Contínuos

Estabelecer mecanismos de controle e correção

Problema

Corrupção

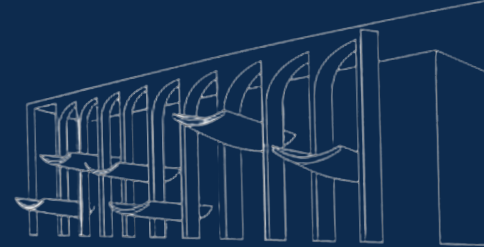
Descrição da ação

Ações de capacitação

Prazo de entrega

Permanentes

Semestrais



**Fortalecer os processos de transparência
Intensificar o conhecimento e o respeito a legislação**

Problema

Pressão de segmentos

Descrição da ação

Conhecer e aplicar a LAI

Ações de capacitação

Prazo de entrega

Permanente

Semestral

**Controle e correção
Conscientizar**

Problema

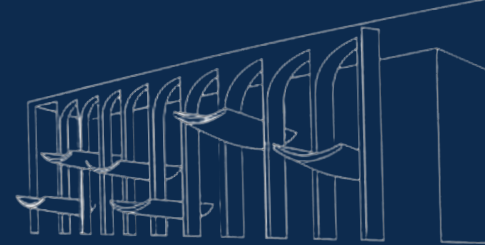
Discriminação

Descrição da ação

Processos seletivos que incentivem a candidatura de grupos vulnerabilizados

Prazo de entrega

Permanentes



Orientação
Estabelecer mecanismos de controle e correção
Apoiar a vítima

Problema

Assédio moral e sexual

Descrição da ação

Estabelecer protocolos de mediação e correção;

Lideranças com conduta ativa;

Cultura de acolhimento.

Prazo de entrega

Imediatamente

Permanente

**Estudos sobre riscos envolvidos em projetos do
MJSP**

Problema

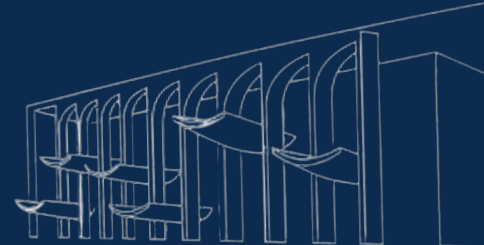
Fomentar a cultura de atualização de dos riscos envolvidos nos procedimentos do Ministério para os fins do Decreto nº 10.899/2021

Descrição da ação

Encaminhar Projeto de Estudos sobre riscos envolvidos em projetos do MJSP, por meio de diálogo com as áreas, visando o fomento à cultura de vigilância ativa da integridade

Prazo de entrega

90 dias



Estruturação da Diretoria de Assuntos Legislativos

Problema

Ausência de servidores lotados na Diretoria (apenas 1 EPF em missão policial e 1 DPC mobilizada, ambas em caráter precário); Ausência de cargos e funções na Diretoria para atrair profissionais qualificados para a área; Passivo crescente de expedientes na Dial/SAL/MJSP em razão da ausência de servidores, o que compromete a integridade e a transparência; Pendência da publicação da Portaria do PGD da SAL para atrair pessoas para a Dial.

Descrição da ação

Encaminhamento de Proposta de estruturação da Dial/SAL/MJSP. Saneamento do passivo crescente da unidade. Melhoria na qualidade dos procedimentos de posicionamento do MJSP sobre PLs em tramitação e em fase de sanção e no atendimento de Requerimentos de Informação Parlamentar.

Prazo de entrega

30 dias

Estruturação da Diretoria de Assuntos Legislativos

Problema

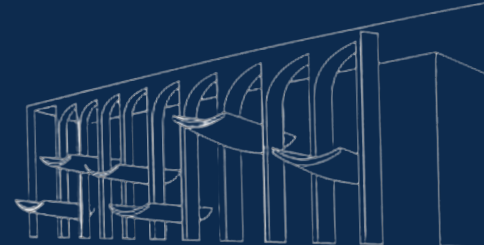
Regulamentação das atribuições da Diretoria de Assuntos Legislativos nos normativos

Descrição da ação

Encaminhamento de proposta de regulamentação das atribuições Dial/SAL/MJSP visando conferir segurança jurídica aos atos e transparência ativa sobre os processos do MJSP

Prazo de entrega

60 dias



Operacionalização do Programa de Integridade da ANPD

Problema

Desde a sua criação a ANPD integrava todas as ações e programas estratégicos e de governança da Presidência da República. Com sua transformação em autarquia, em outubro de 2022, e com a alteração da vinculação desta Autoridade, em 2023, deu-se a necessidade de instituir e implementar um programa de integridade próprio.

Descrição da ação

Elaborar o plano de integridade da ANPD

Prazo de entrega

120 dias, a contar de 11/04/2024, cabendo prorrogação por igual período

Adequação do site da ANPD para fins de Transparência Ativa

Problema

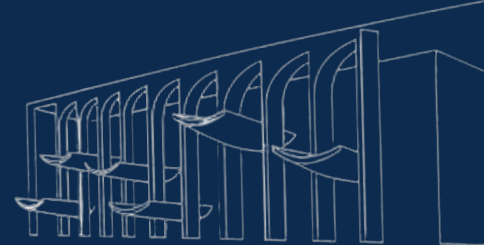
Necessidade de adequar o site da ANPD às regras de transparência ativa constantes do Guia de Transparência Ativa da CGU, 7ª versão, bem como em observância às regras do Tribunal de Contas da União

Descrição da ação

Elaborar proposta de adequação do site no que se refere à transparência ativa

Prazo de entrega

31/12/2026



Implementar Escritório de Processos da ANPD

Problema

Necessidade implementar uma cultura de gestão de processos, com foco no valor público gerado; de integrar processos de trabalho (transversalidade); de monitorar o desempenho da governança de processos; de fortalecer a conformidade normativa dos processos; e de otimizar a utilização de recursos (evitar redundâncias)

Descrição da ação

Mapear processos de trabalho da Autoridade, definir prioridades e realizar atividades de modelagem e transformação

Prazo de entrega

31/12/2026

